

ORALIDADE E FORMAÇÃO MILITAR: REFLEXÕES ACERCA DAS TEORIAS CURRICULARES E A PRÁTICA MILITAR

ACCORSI, Ana Maria Bueno¹

DETTONI, Maurício Paraboni²

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a educação de trabalhadores adultos como resultado do emprego de categorias analíticas socioeconômicas clássicas, tais como, capital, formação militar e trabalho. Por meio dessa reflexão evidencia-se que se colocou aos trabalhadores a necessidade de possuir uma formação escolar/educacional mínima como condição para a devida inserção/ manutenção no mundo do trabalho. Apresenta também um breve histórico da Educação Militar no cenário brasileiro, considerando a formação voltada diretamente ao exercício da atividade no setor público militar. Ao final, apresenta-se um exemplo de formação didático-funcional de alunos-soldados no norte do Rio Grande do Sul, oferecido em parceria entre duas Secretarias do Poder Público Estadual: Ciência e Tecnologia e Segurança. A devida reflexão apresenta-se como um ensaio teórico-crítico e utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo, com o uso da História Oral Temática e de fontes primárias, momento a qual analisa a produção didático-pedagógica dos alunos-soldados.

Palavras-chave: Educação; Formação Militar; Trabalhadores.

1 INTRODUÇÃO

A tríade educação, formação militar e trabalho são os objetos centrais da presente reflexão. Privilegiando a perspectiva de estudo que compreende a Formação Militar tendo em vista a atuação profissional, foi possível desenvolver olhares multidisciplinares no decorrer do processo de formação do grupo ora analisado. O grupo em análise é composto por 28 alunos-soldados sendo 22 do gênero masculino e 6 do gênero feminino. O devido exercício se deu entre a parceria de duas secretarias de Estado: Segurança e Ciência, Inovação e Tecnologia (UERGS) no Curso Básico de Formação Policial Militar no ano de 2012 e 2013.

¹

Doutora em Lingüística e Letras pela PUCRS. Docente e pesquisadora da UERGS. Coordenadora do Curso de Especialização Teoria e Prática da Formação do Leitor – UERGS. Email: anamaria.accorsi@gmail.com

² Graduado em Direito pela UNISINOS. Especialista em Segurança Pública pela PUCRS e em Direito Público pela URI-Campus Erechim, Mestre em Educação. Coordenador Pedagógico Formação Militar 13 BPM, Erechim (RS). Docente na Universidade do Contestado – Campus Concórdia. Email: alodetoni@gmail.com

³ Pós-Doutora em História *Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich/UW* – Polônia e UFRGS. Professora Adjunta e Pesquisadora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Email: t.wencze@terra.com.br

O presente ensaio desenvolve-se como uma análise teórico-crítica. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e de campo, com o uso de fontes primárias especialmente na análise da produção didático-pedagógica dos alunos-soldado e história oral temática de alunos formados na cidade de Erechim, ao norte do estado do Rio Grande do Sul.

Deste modo, a produção do artigo comprehende educação e formação militar como um processo orientado pelas experiências individuais, somados às complexidades coletivas contemporâneas. As narrativas apresentadas são construídas historicamente pelos sujeitos intimamente ligados com o mundo social. Para dar conta da discussão, divide-se o artigo em quatro partes: o mundo do trabalho em questão; formação militar e sua história; aspectos circundantes da ação formativa e a formação policial militar e a interação com a comunidade.

É consenso, quando se fala em formação militar, a preocupação em oferecer uma educação que tenha por base a integralidade, a formação humanitária, democrática e participativa do sujeito garantindo, à população civil, a prevenção, a mediação de conflitos, a investigação cientificamente orientada por meio da força, quando for necessário , sem desconsiderar os ditames da legislação educacional brasileira.

2 O MUNDO DO TRABALHO EM QUESTÃO

Sabemos que as diretrizes pedagógicas das instituições de educação para a formação profissional vêm obedecendo, quase sempre, à lógica imposta pelas necessidades do mercado de trabalho na qualificação do trabalhador, sem procurar traduzi-las de modo educacional mais amplo. Basicamente o Estado oferecia níveis de ensino resultantes em escolaridade mínima aos homens e mulheres que inseridos ou aquém do mercado de trabalho pudessem minimamente buscar espaço no mundo laboral.

Para fins acadêmicos, salienta-se que entende-se por trabalhador a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho.

Num contexto em que as formas de organização do trabalho eram pautadas em premissas tayloristas, os currículos de formação para os trabalhadores propunham métodos repetitivos e mecanizados. As próprias instituições separavam seus alunos considerando a faixa etária, classe social e, sobretudo nível em que o aluno estava matriculado, oferecendo uma formação decorrente muito mais do que um desejo econômico do que humanista e libertador. (ARROYO, 1987, Capítulo I)

O binômio - escola e trabalho – tem marcado diversos períodos históricos. Durante muito tempo a função de formar-se esteve diretamente ligada às necessidades do empregador. Um exemplo ainda mais claro desse fato é dado pelo discurso dos próprios trabalhadores enfatizando a necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Cursos e mais cursos voltaram-se para a formação integral e profissional dos trabalhadores. Valem-se da assertiva: quanto mais estudo melhore possibilidade de disputar espaço no mercado de trabalho.

Com o advento do toyotismo transferiu-se aos trabalhadores as inevitáveis exigências de sua qualificação. Passou a imperar a certeza de que parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital. (ANTUNES, 2003, p.30)

3 FORMAÇÃO MILITAR E SUA HISTÓRIA

Exércitos e grupos de proteção acompanham a evolução da humanidade. Portanto, parece óbvio que a formação militar tenha o seu desenvolvimento desde os primórdios da História. No Brasil com a formação militar contemporânea, em especial de 1889 a 1930, sob o comando do coronel José Carlos Pinto Júnior, dá-se início às primeiras atividades que integralizaram a formação intelectual e técnica para a carreira militar. A primeira atividade de ensino da Corporação foi marcada, desde o início, pelo surgimento, em cada unidade de tropa, das Escolas Regimentais que desenvolviam cursos de alfabetização, cujas aulas eram ministradas pelos oficiais das unidades.

Segundo Castro, (2004, p. 33):

as Escolas Regimentais compreendiam dois grupos: escola de primeiro grau e escola de graduados. O ensino possuía um caráter prático. Logo em seguida foi criado o “Curso de Preparatórias para Oficiais”, destinado a aperfeiçoar oficiais e subordinados, marcando o início da história da Academia de Polícia Militar.

A preocupação com a formação também incentivou o setor de preparação física, dando origem às escolas de esgrima e ginástica. Após essa nova estruturação dos encaminhamentos de formação didático-funcional, surge a Escola de Aviação; o Centro de InSTRUÇÃO Militar (1936); a Escola Superior de Formação de Quadros - EsFAQ, que abrigava todos os cursos de oficiais e praças, tanto de formação como de aperfeiçoamento e a Academia de Polícia Militar - APM, que se mantém até os dias atuais.

Quanto à Brigada Militar, inicialmente, a instrução militar era toda voltada, em sua maioria, para preparação a guerra, como decorrência do tipo de atividades desenvolvidas . A Brigada Militar recebeu do Exército os primeiros ensinamentos. Seus instrutores eram oficiais comissionados do Exército Brasileiro, que passaram à disposição do Estado. Essa instrução precisou passar por modificações contínuas, com o intuito de atender às necessidades diante das novas atribuições da Corporação - atividade de polícia ostensiva em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo dos anos, verifica-se que ocorreram mudanças significativas na formação dos profissionais da segurança pública. A polícia precisou atender às novas exigências, referentes ao atendimento e à proteção ao público, observando para que os direitos assegurados pela Constituição não fossem violados. As atividades de ensino da Brigada Militar começaram a ser planejadas a partir de situações mais próximas do seu cotidiano, mais voltadas para a dia-a-dia do policial-militar.

4 ASPECTOS CIRCUNDANTES DA AÇÃO FORMATIVA

O processo educacional em geral devem ter em mente três aspectos que circundam o processo formativo da ação educacional (RODRIGUES, 2001.p.), com o fim de formar um sujeito integrante da sociedade e de ações coletivizadas. Primeiramente, há a construção simbólica da realidade, através da aquisição e desenvolvimento da linguagem, quando o adulto inicia a criança no ambiente em que está inserida, a fim de tornar inteligível seus anseios, possibilitando trocas de experiências para atender às necessidades fisiológicas, de frio e calor, as quais inicialmente manifestam-se através do choro, risos e gritos e seus princípios éticos e morais.

O segundo aspecto diz respeito à disciplina dos anseios e aquisição de conhecimentos e habilidades para reproduzir sua condição de existência e participação enquanto membro da sociedade. Kant (1999, p.33)

afirmava ser necessário “habituar o educando a suportar que sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem” (...), pois “terminada sua educação não saberá usar sua liberdade” (...) deve aprender “a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente.

Nesse elemento reside a capacidade do ser humano em se adaptar ao meio existente, tendo consciência de suas limitações e a possibilidade de reflexão sobre o comportamento alheio a fim de delimitar as próprias ações. Nesse sentido, Rodrigues (2011, p. 248) afirma que:

demarcar esse grau de consciência permite que os seres humanos adquiram capacidade seletiva e noção de limites que só podem ser estendidas nos meandros da intercomunicação cooperativa com outros homens. Os seres humanos descobrem que não estão sós no mundo, nem realizam a sua existência de modo solitário e isolado. Ele necessita construir inter-relações com outros seres humanos e com a natureza..

Por sua vez, o terceiro aspecto representa o auge do processo educativo, o qual se estende por toda a vida do ser humano: é a formação do sujeito ético, a qual “só pode ocorrer pela aquisição do mais alto grau de consciência de responsabilidade social de cada ser humano, e se expressa na participação, na cooperação, na solidariedade e no respeito às individualidades e à diversidade” (RODRIGUES, 2011, p. 246). Nessa fase, falam-se em formação e desenvolvimento de princípios éticos e morais, imprescindíveis ao ser humano.

Atingido esse patamar, completa estará a tarefa da educação, a qual formou integralmente o indivíduo, inserindo-o no mundo social, possibilitando controlar seus impulsos naturais e capacitando-o compreender-se como ser integrante do processo civilizatório, responsável pelo seu bem estar e dos demais.

Desse modo, verifica-se que a educação, quando presente os aspectos acima expostos, é emancipadora, dota o ser de autonomia e é manifestada em três esferas: “autonomia da vontade, autonomia física e o da autonomia intelectual” (RODRIGUES, 2001, p. 249).

A autonomia da vontade é a capacidade de disciplinar os anseios, articular paixões, necessidades e racionalidade a fim de inserir-se no mundo social. Já a autonomia física é adquirida a partir do momento em que o ser humano é capaz de controlar seu corpo para uma relação saudável consigo mesmo, decidindo sobre sua alimentação, relações sociais, descanso e demais. Por sua vez, o último plano seria a autonomia intelectual, o qual transita entre as outras duas esferas em razão de seu complexo e importante processo de desenvolvimento: diz respeito ao modo como o ser humano se relaciona com o mundo, desenvolvendo formas de linguagem, incorporando-as e produzindo o mundo natural e cultural, bem como criando formas para disciplinar o convívio social, veja-se as leis, as instituições de Estado, a família.

Uma vez ‘educado’, o ser humano passa a ser um sujeito social autônomo, conforme Rodrigues (2001, p. 250):

O sujeito social autônomo é aquele que circula e atua no conjunto da vida social de forma independente e participativa. Para isso, requer-se que ele também seja capaz de estabelecer juízos de valor e assumir responsabilidades pelas escolhas. O fundamento ético da humanidade se assenta no tripé constituído pelo reconhecimento de si mesmo como sujeito (individualidade), na liberdade e na autonomia. A consciência deste tripé se frutifica pela ação educativa, que constrói no ser humano a capacidade para incorporar estes valores.

Autonomamente intelectualizado, cabe ao indivíduo buscar o esclarecimento, aptidão de responsabilidade da própria pessoa, que conforme Kant (1783) representa o “esclarecimento (*Aufklärung*) e significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável”. A minoridade decorre do medo em *servir-se de si mesmo*, ou seja, utilizar seu conhecimento, sem o auxílio de outrem, a fim de expressar suas próprias opiniões.

Para Adorno (2003, p. 141), a educação possui o significado de produção de uma consciência verdadeira, sendo uma exigência política, demandando pessoas emancipadas, autônomas, a fim de construir uma democracia⁴ efetiva, pressupondo aptidão e coragem em manifestar seu próprio entendimento.

3.1 A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR E A INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

A distância que, atualmente, separa a polícia da comunidade civil é um dos fatores que incrementam a sensação geral de insegurança dessa comunidade, pois leva à desconfiança. Nesse sentido, deve ser superada a percepção social da polícia com as funções dos tempos ditatoriais e autoritários, em que o profissional da segurança estava a serviço do Estado, agindo com repressão e sem a necessidade de aproximação com as comunidades. Sabe-se que a fidúcia entre os envolvidos é *conditio sine qua non* para a existência de um diálogo aproximador, em que cada um se coloca no lugar do outro, propiciando um trato sereno das resistências e das diferenças que são comuns ao relacionamento humano, especialmente quando assumem funções sociais diversas. Na medida em que a sociedade evolui, a função

⁴

Segundo Adorno a democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. (2003, p.169).

policial passa a ser a de garantidora de uma ordem cidadã, demandando uma maior atuação na área de prevenção e mediação de conflitos.

A profissão policial é uma atividade complexa e interacional, a qual exige habilidade e capacidade de julgamento. Para tanto, os cursos de formação policial, ao contrário de adestrarem pessoas, ou “docilizar” corpos e mentes⁵, devem educar e integrar os cidadãos. Quanto à neutralidade do ato educacional, Bruner (2001, p.33) aponta para a realidade do mesmo ser um ato político, no sentido amplo:

a educação, não importa quanto gratuita ou decorativa possa parecer ou professar ser, fornece habilidades, formas de pensar, sentir e falar que posteriormente podem ser negociadas em troca de “distinções” nos “mercados” institucionalizados de uma sociedade. Neste sentido mais profundo, portanto, a educação jamais é neutra, jamais está destituída de consequências sociais e econômicas. Não importa quanto se diga ao contrário, a educação é sempre política, neste sentido mais amplo.

Sabe-se que a profissão de operador de segurança é humanística, ou seja, não trabalha com coisas, mas com cidadãos. Esses profissionais são atingidos pelas mazelas sociais, uma vez que ninguém procura a polícia para apenas conversar; ao contrário, as pessoas aportarão uma situação de angústia e sofrimento. Por essa razão, é fundamental uma boa interação entre o policial e o cidadão desde o primeiro contato. A identificação e atuação inter-relacionais entre polícia e cidadãos ocorrem, em sua maioria, precedida de autonomia intelectual e moral, ou seja, capaz de pensar por si e agir a partir de critérios morais estabelecidos internamente entre ambos.

O trabalho policial, a fim de cumprir seu legado constitucional, possui três dimensões distintas, porém com sobreposições. A saber, o policiamento criminal, o controle regulador e as ações voltadas para manutenção da paz⁶. Em pesquisa que objetivava o mapeamento da violência e inserção social do Serviço de Segurança prestado a comunidade realizada junto ao 13º Batalhão de Polícia Militar, localizado na cidade de Erechim-RS, município com 96.087 habitantes, dividiu-se os atendimentos realizados pela Brigada Militar, nos período de 2009 a 2012, conforme as citadas três dimensões. Verificou-se o seguinte:

⁵ Termo criteriosamente analisado por Michel Foucault.

⁶ Divisão proposta por BITTNER(2003).

Tabela 1 - POLICIAMENTO CRIMINAL				
Tipo de Ocorrência	Ano			
	Quantidade			
	2009	2010	2011	2012
Furto Simples	271	229	209	273
Furto Qualificado	273	321	260	398
Roubo	231	153	125	155
Posse/Tráfico de Entorpecentes	65	122	159	170
Furto/Roubo de Veículo	61	33	36	37
Homicídio	15	21	25	36
Lesão Corporal	567	528	613	656
Dano	143	133	135	188
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	1626	1540	1562	1913

Fonte: Boletim Estatístico do 13 Batalhão de Polícia Militar, Erechim, 2013.

Tabela 2 - CONTROLE REGULADOR				
Tipo de Ocorrência	Ano			
	Quantidade			
	2009	2010	2011	2012
Tipo de Ocorrência	2009	2010	2011	2012
Veículos Recolhidos	495	477	586	540
Embriaguez ao Volante	44	82	125	157
Acidente de Trânsito com Danos Materiais	155	219	216	232
Acidente de Trânsito com Lesões Corporais	522	606	684	600
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	1216	1384	1611	1529

Fonte: Boletim Estatístico do 13 Batalhão de Polícia Militar, Erechim, 2013.

Tabela 3 - MANUTENÇÃO DA PAZ

Tipo de Ocorrência	Ano			
	Quantidade			
Tipo de Ocorrência	2009	2010	2011	2012
Ameaça	318	398	475	519
Perturbação	89	105	169	190
Vias de Fato	155	128	176	266
Apoio a Autoridade	233	282	353	256
Desacato/Resistência/Desobediência	60	97	106	113
Averiguação/Auxílio ao Públíco	1320	1910	2565	1621
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	2175	2920	3844	2965

Fonte: Boletim Estatístico do 13 Batalhão de Polícia Militar, Erechim, 2013.

DIMENSÕES DO TRABALHO POLICIAL – 2009 a 2012	TOTAL
Policimento Criminal	6641
Controle Regulador	5740
Manutenção da Paz	11904

Fonte: Boletim Estatístico do 13 Batalhão de Polícia Militar, Erechim, 2013.

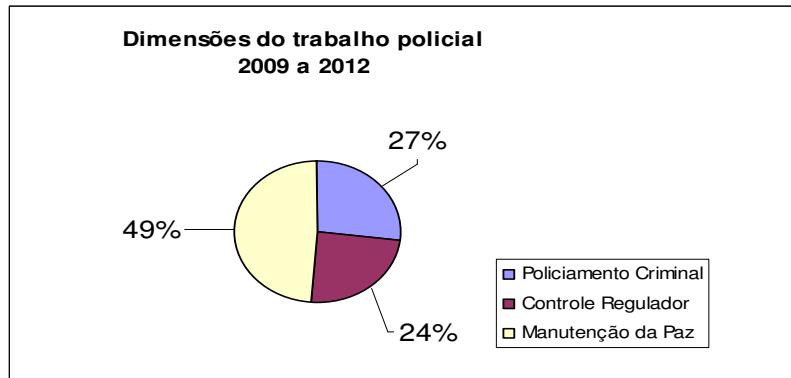


Gráfico 1 – Elaboração de Maurício Paraboni Detoni.

Fonte: Boletim Estatístico do 13 Batalhão de Polícia Militar, Erechim, 2013.

- Policiamento Criminal:

O policiamento criminal é intitulado o cerne do trabalho policial. Significa o combate ao crime. O ideário da população e da maioria dos policiais é que essa é a única função policial, em que pese a maior parte do tempo o trabalho policial ocupar-se de outras atividades, conforme exposto anteriormente. Poncioni (2005, p. 591) adverte:

A polícia, orientada principalmente para o controle do crime, com forte apelo ao “combate ao crime”, tem a grande vantagem de fornecer o que é percebido amplamente pelo público e pelos próprios policiais como a missão das instituições policiais. No entanto, a ênfase no controle do crime conduz ao descuido de outras demandas e interesses; ademais, esta concepção baseada em uma estratégia exclusivamente reativa, mostra-se ser menos efetiva que o prometido com relação ao controle do crime em geral e, em pelo menos alguns crimes particulares, o seu fracasso é amplamente indicado na literatura.

Essa esfera de atuação movimenta o sistema de persecução criminal, dando origem aos processos criminais, fazendo valer o império da lei no caso concreto. Sem falar no impacto midiático, em que as ações de policiamento criminal são o móvel de grande parcela de programas televisivos, jornais e revistas.

- Controle regulador:

Aqui reside o controle de trânsito e supervisão de atividades licenciadas. É o chamado poder de polícia, onde há predominância do interesse público sobre o particular, sendo a “atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público” (DI PIETRO, 2001, p. 110). Nessa dimensão, encontram-se as vistorias,

notificações e autuações exercidas tanto por policiais como outros agentes do poder executivo.

- Manutenção da paz:

Atividade que ocupa a maior parte do tempo do trabalho policial, as ações de manutenção de paz são aqueles atos praticados pelos policiais, os quais não necessariamente configuram atividade criminal, são emergências críticas e destastres de toda ordem. Nesses casos o papel do policial é evitar o caos, a violência e o pânico, determinando um comportamento ativo ou uma abstenção e, quando necessário, fazer o uso da força.

As intervenções mais comuns ocorrem na iminência de potenciais brigas entre vizinhos, ou até pessoas da mesma família; comportamentos desviantes de adolescentes; querelas entre consumidores e clientes, inquilinos e proprietários de imóveis, ou seja, sempre quando cessa a capacidade das partes em transigir de maneira ordeira, faz-se presente a figura policial. A lide ordinária do policial é baseada tanto pela lei e pelos regulamentos da instituição, quanto pelas avaliações que fazem dos acontecimentos e dos indivíduos neles envolvidos, em meio às quais colocam em prática seus próprios valores, uma vez que possuem grande poder de arbítrio na aplicação (ou não) da lei. Logo, exige-se do policial uma postura de agente conciliador, não se envolvendo como parte da situação.

Vale frisar: para as instituições policiais uso da força também é limitado, podendo fazê-lo no uso de suas funções, vedada sua utilização em casos que não a requeiram. Conforme asseverado anteriormente, a maioria das ações policiais não demandam aspectos criminais, logo não ensejam uma resposta coercitiva. Portanto, o uso da força é incidental para o exercício de sua autoridade, sendo necessário incrementar ações educativas no sentido de abordar situações de negociação para pequenos conflitos.

4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, sabe-se que de um modo geral, as mudanças históricas acentuadas nos padrões de violência estariam relacionadas a duas alterações de longo curso: as profundas mudanças culturais que modelam a sociedade moderna e a expansão do Estado moderno e seus aparatos de vigilância e controle social, realizadas concomitantemente.

Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência nos dias atuais, pois afetam toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. São consequências que se repercutem tanto no imaginário cotidiano das pessoas, como nas cifras extraordinárias a respeito dos custos diretos da criminalidade violenta.

Nesse cenário acredita-se que a formação funcional dos servidores em Segurança Pública vem se destacando nas duas últimas décadas. Por muito tempo essa formação ficou restrita a atuação – aulas práticas - não havendo correlação com a interpretação das ações e interação com a sociedade. A formação se dá não somente pela exigência do empregador, mas pela nova categoria laboral a qual a sociedade almeja. Dentre as novas atribuições pode-se destacar a criação de condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa ampliar seus conhecimentos e compreender o fenômeno da violência e do crime a partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando a influência dos elementos sociais e culturais do país em seu cotidiano.

As contradições emergentes a formação dessa categoria têm uma acepção positiva por serem suscitadoras de mudanças no processo laboral, entretanto nem sempre alcançadas. A consciência de melhoria na formação militar de forma integral já está alicerçada nos espaços de coordenação pedagógica e dos gestores públicos. Soma-se a essa característica o atendimento às demandas e.

Se a essência da atuação policial-militar é ser preventiva, a essência de ser e estar em constante movimento de prevenção justifica o caráter essencialmente pedagógico e multidisciplinar da sua formação.

Referências

- ADORNO, W. Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra. 3.ed. 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003. Título original: Aspects of Police Work.
- BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

- CASTRO, Celso. **Nova História Militar Brasileira**. São Paulo: Bom Tempo, 2004.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 20.ed. 1999.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Coleção Bases 27. São Paulo: Global Editora, 1980.
- PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 3, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2013.<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000300005>.
- RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 76, Oct. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 07 May 2012.<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000300013>.